

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 341.148 - RJ (2013/0170664-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : RAFAEL BALTAR ABRAHÃO
ADVOGADO : AFONSO ESTEBANEZ STAEL E OUTRO(S) - RJ116643
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **RAFAEL BALTAR ABRAHÃO** contra decisão que não admitiu recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO (ART. 16 DA LEI Nº 10.826/2003). APELOS DEFENSIVOS OBJETIVANDO A ABSOLVIÇÃO. ALEGADA ATIPICIDADE DA CONDUTA. NÃO ACOLHIMENTO. CONDUTA PERPETRADA PELO PRIMEIRO APELANTE QUE SE AMOLDA PERFEITAMENTE AO TIPO PENAL DO ART. 16 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO, NA MODALIDADE EMPRESTAR. TESE DEFENSIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DEVER LEGAL OU ATRIBUIÇÃO PARA A SALVAGUARDA DE PATRIMÔNIO PERTENCENTE À POLÍCIA CIVIL. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. CULPABILIDADE COMPROVADA. DESPROVIMENTO DOS APELOS.

1. A materialidade e a autoria delitivas restaram evidenciadas através das fotografias colacionadas aos autos, que demonstram o segundo apelante portando um fuzil em cima de uma viatura policial, em meio a uma multidão de fiéis que acompanhavam os festejos em homenagem ao dia de São Jorge, como também pela consistente prova oral colhida.

2. Extrai-se dos autos que, no dia 23.04.2009, feriado estadual, e também no município do Rio de Janeiro, em homenagem a São Jorge, o segundo apelante foi fotografado quando se encontrava sobre o capô de uma viatura da Polícia Civil deste Estado, portando, pendurado junto ao seu corpo, um fuzil M-16, também pertencente ao aludido órgão de segurança pública. Tal imagem foi amplamente divulgada em jornais de grande circulação no estado, merecendo, inclusive, destaque na primeira página da edição do Jornal O Globo, publicada em 24.04.2009.

3. Os referidos bens estavam sob a cautela provisória do primeiro apelante, policial civil lotado na 28ª Delegacia Policial, o qual havia sido designado para o policiamento nas imediações da Igreja de São Jorge naquele dia.

4. A tese defensiva de atipicidade da conduta do primeiro apelante não merece acolhimento, tendo em vista o mosaico probatório a evidenciar o efetivo empréstimo da arma de fogo de uso restrito ao segundo apelante, pessoa não autorizada a portar tal artefato bélico em via pública.

5. Ainda que o primeiro apelante não tivesse sugerido ao segundo que acautelasse os bens patrimoniais da Polícia Civil a ele confiados, é certo que deixou os mesmos sob a guarda deste último que, repise-se, não possuía a devida autorização ou conhecimento técnico para portar tal armamento.

6. O Direito pátrio, via de regra, exige do indivíduo imputável, que possui potencial consciência da antijuridicidade de seu ato, que aja de acordo com esse entendimento possível, havendo, porém, situações em que não se exige o comportamento adequado ordenamento jurídico, ainda que seja imputável e pratique sua conduta ciente da antijuridicidade que lhe é inerente. Neste caso, configurar-se-ia a exculpante da inexigibilidade de conduta diversa, o que afasta a própria culpabilidade e, em consequência, a respectiva sanção: "*nulla poena sine culpa*".

7. No caso concreto, o segundo apelante não possuía qualquer dever legal ou atribuição para salvaguardar o patrimônio de propriedade da Polícia Civil, sendo exigível do mesmo que praticasse conduta diversa da apurada na hipótese, que, convém ressaltar, colocou em risco não apenas sua integridade como a de milhares de pessoas que se encontravam no local dos fatos, tendo em vista que, de acordo com o aduzido pelo próprio Rafael, em depoimento prestado perante a Corregedoria da SEAP, não possuía o devido conhecimento acerca do manuseio de um fuzil, bem como este, conforme se constata das fotografias juntadas aos autos, estava apontado para baixo, na direção dos populares.

8. Ora, seria muito mais prudente que o segundo apelante escondesse a referida arma no interior da viatura, dentro do porta-malas, por exemplo, e trancasse a mesma, ficando ao lado desta, tentando localizar o legítimo responsável pela cautela dos referidos bens, ou mesmo acionar a força policial.

9. Outrossim, não incidiu em erro de qualquer espécie, eis que, considerando-se as condições pessoais do segundo apelante, este tinha o pleno conhecimento de que o porte de arma de fogo de uso restrito por pessoa não autorizada e em desacordo com determinação legal ou regulamentar configura o delito previsto no art. 16 do Estatuto do Desarmamento.

10. Desprovimento dos apelos." (e-STJ, fls. 291-295).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 436-454).

O recurso especial foi interposto com suporte nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Nas razões do recurso, o recorrente alega cerceamento do direito de defesa ao argumento de que houve violação dos arts. 5º, LIV e LV, e 133 da Constituição Federal; arts. 130, 183, §§ 1º e 2º, 187, 234, 236, §1º, 245, 247, 267, IV e § 3º, 301, X e § 4º, e 560, todos do Código de Processo Civil de 1973; e arts. 564, IV, e 619 do Código de Processo Penal.

Por fim, alega também divergência jurisprudencial.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 1191-1204), o recurso foi inadmitido com fundamento nas Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 1219-1226). Daí este agravo, no qual o insurgente busca demonstrar não incindir os óbices apontados (e-STJ, fls. 1249-1293).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo

em recurso especial (e-STJ, fls. 1382-1383).

É o relatório.

Decido.

O recurso não há de ser conhecido.

O agravante deixou de refutar especificamente a aplicação da Súmula n. 83/STJ acima referenciada, apenas repetiu, nas razões do agravo, as alegações já apresentadas na petição do recurso especial quanto à possibilidade de cabimento e provimento do recurso pela alínea "c", (e-STJ, fl. 524), situação que atrai o impeditivo da Súmula n. 182 deste Superior Tribunal, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg nos EREsp 1.387.734/RJ, rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 9/9/2014; e AgRg nos EAREsp 402.929/SC, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/8/2014.

Além disso, esta Corte firmou o entendimento de que "não basta, para afastar o óbice da Súmula nº 83/STJ, a alegação genérica de que o acórdão recorrido não está em consonância com a jurisprudência desta Corte, devendo a parte recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência desta Corte, com a indicação de precedentes **contemporâneos ou supervenientes** aos referidos na decisão agravada" (AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 18/08/2014)

Por fim, registre-se que:

"A orientação jurisprudencial consolidada na Súmula n. 83 desta Corte é aplicável também aos recursos especiais fundados na alínea 'a' do art. 105, III da Constituição da República. E isto, porque, se a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido, não há se cogitar de ofensa, por parte deste último, à lei federal." (AgRg no REsp 795.184/SP, rel. CELSO LIMONGI, Desembargador convocado do TJ/SP, SEXTA TURMA, j. 16/12/2010, DJe 1º/2/2011).

Ante o exposto, com fundamento no art. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator